

ATA DA REUNIÃO DA MESA DE NEGOCIAÇÃO REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2011

Presentes: Maria Celina R. Silva (CGP-G), Patrícia Ferreira Pallota (CGP-G), Ana Rosa Silva Vicente (CGP-G), Fátima A. Amaral (GEIM), Leandro Oliveira (SINDSEP), Maria Araci dos Santos (SINDSAUDE), Antônio Carlos da Cruz (SIMESP), Deodato Rodrigues Alves (Sind. Dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo), Maria Lucia Silva (Associação dos Auxiliares de Enfermagem e Servidores da Área da Saúde Pública e Autarquias Municipais de São Paulo), Maria de Lourdes Rocha Alves (SINDSEP), Natalices Aleixo Santos (SINDSAUDE), Neide A. Sales Biscuola (Associação Odontológica da Prefeitura de São Paulo). Dando início à reunião foi lida a Ata do último encontro e feitas às devidas correções. Foi então realizada uma explicação sobre a Lei Municipal 15.467, publicada em 21/10/2011, que altera a jornada de trabalho de 20 horas semanais, que poderá ser cumprida em carga horária diversa, exclusivamente em unidades de saúde a serem especificadas por ato do Sr. Secretário. Esta mesma Lei também autoriza a contratação por tempo determinado de médicos para prestação de 12 horas de trabalho semanais, no âmbito da Autarquia Hospitalar. Foram então trazidos alguns informes pela Sra. Araci que cobrou resposta quanto ao caso do servidor Dr. Vitor, da Região Leste, que quer voltar para a sua região de origem (Portaria 1590). Solicitou também que fosse passado para a Sra. Lan de COVISA o que foi conseguido no Jardim Marília, e, trouxe impresso do Projeto de Lei Estadual com o tema “Jornada de 30 horas” (L.C. 60/2011) sobre vencimentos e salários. Comentou ainda, que as Organizações Sociais são proibidas em Santa Catarina, e, entregou cópia da L.C.1041, sobre o dia de desconto do trabalhador. A Sra. Patrícia pediu que fosse pensado sobre a data da próxima mesa, pois a marcada, dia 23/11, coincidirá com a prestação de contas, e orientou que sobre o Seminário de RH é necessário o envio de um ofício formal para o Sr. Januário, dizendo do que se trata, uma vez que é ele quem indica quem deverá participar como representante da SMS. A Sra. Fátima justificou a falta da Dra. Rejane de COVISA, por impedimento pessoal. O Sr. Leandro leu a resposta encaminhada por COVISA referente aos questionamentos feitos na última mesa e levou cópia do mesmo. A Sra. Patrícia lembrou que dia 18 de Novembro termina o contrato de emergência de Motoristas do SAMU e que não haverá prorrogação. Passando ao tema Mãe Paulistana, o Sr. Leandro leu a resposta dada para o Ofício 381/2011 do Sindicato ao caso, que ratifica a posição de que não haverá substituição de servidores e sim acréscimo. O Sr. Leandro trouxe suas observações realizadas em visitas ao Hospital Tide Setúbal, Ermelino Matarazzo e no Hospital Municipal, e o que ocorre é a existência de listas para sair. Eles estão colocando técnicos e tirando auxiliar de enfermagem. A Sra. Patrícia explicou que estão colocando técnicos no intuito de qualificar melhor a equipe. Os auxiliares de enfermagem continuam prestando serviço no mesmo hospital, portanto não estão sendo dispensados. A Sra. Neide

comentou que os salários são diferenciados. O Sr. Leandro discorreu sobre a diferença de salários e de experiência. A Sra. Patrícia justificou dizendo que o técnico tem uma formação diferenciada do auxiliar de enfermagem. O Sr. Leandro disse que a Prefeitura está contratando técnicos de enfermagem e a Sra. Patrícia esclareceu que não existe técnico de enfermagem na rede, nem na Autarquia uma vez que o PCCS criou o cargo, porém nunca foi realizado nenhum concurso de ingresso. A Sra. Lourdes trouxe uma reclamação do Sabóia referente à diferença salarial, onde o contratado recebe mais e executa o mesmo serviço. Pediu então que seja definida a função. A Sra. Patrícia disse que levaria essa questão à coordenação do “Mãe Paulistana”. Depois de mais alguns casos relatados o Sr. Leandro tentou resumir a questão, dizendo que as pessoas que trabalham no setor terão um acréscimo de profissionais atuando. O Sr. Leandro perguntou se profissionais que trabalham no Centro Obstétrico poderão continuar lá. A Sra. Patrícia respondeu que Técnico, Neonato e Obstetra serão mantidos no próprio hospital. Retornando ao tema Municipalizados, a Sra. Araci pediu a Sra. Patrícia para resgatar o caso já supracitado referente ao Dr. Vitor da Região Leste, e também foi informada do pedido de reunião com o Sr. Secretário, pedido este negado, por não ter partido de sua pessoa, pois segundo a Sra. Patrícia, é a Sra. Araci a nossa representante aceita pela mesa. A Sra. Araci comentou que na Região Sul os servidores estão sendo orientados a procurarem outro lugar, se não quiserem cumprir às oito horas, e, que na Zona Norte (SPDM e Santa Casa) já está ocorrendo o corte do ponto de quem não cumpre o horário. Comentou que oito servidores sofrerão desconto no pagamento no Hospital Giovanni Seni, e em função disto serão cumpridas às oito horas. A Sra. Patrícia disse que a SMS solicitou que cada parceiro regularize sua situação. A Sra. Araci disse que em 01 de Novembro ocorrerá uma Assembleia dos municipalizados na Capital. A Sra. Patrícia disse que a SMS está sendo rigorosa quanto ao cumprimento da jornada de horas. Foi então feita uma pequena explanação do processo que ocorre desde o governo Mário Covas, e a Sra. Patrícia comentou sobre uma Lei do Governador Serra, que falava do horário e que a questão do pessoal administrativo (1080) seria tratada a parte. Passamos então ao tema etapas de vacinação, onde a Sra. Araci entregou um documento para ser repassado a Sra. Lan (COVISA) sobre o Jardim Marília. A Sra. Patrícia comentou sobre a publicação no DOC de 22 de Outubro a respeito da movimentação de médicos estatutários que estejam trabalhando em O.S. e tenham interesse na cessação de afastamento. A Sra. Fátima leu a publicação e explicou que o prazo para a inscrição será de 24 a 31 de Outubro e deverá ser feita na Coordenadoria de Saúde da unidade onde trabalha o servidor. Ela ainda explicou que os servidores serão classificados através de critérios e a escolha da vaga será pela ordem de classificação. A Sra. Araci comentou que deveria se cessar o afastamento e permitir que o servidor volte para sua unidade de origem. A Sra. Patrícia respondeu que quem manifestar interesse, escolherá entre as unidades disponíveis. A Sra. Fátima respondeu que esse comunicado foi abrangente porque abriu a movimentação para São Paulo todo, e, se não contemplar o desejado, o servidor pode permanecer no seu local de origem. O Sr. Leandro pediu notícias sobre os demais profissionais, e a Sra. Patrícia disse não ter nada para poder adiantar. A Sra. Neide disse que as unidades

estão sem pessoal para trabalhar por causa dos baixos salários. A Sra. Araci perguntou de AGPP em atendimento ao público, se a gratificação GAP está sendo paga a todos. A Sra. Ana Rosa pediu que se enviassem os nomes para verificação. Foi então trazido o tema relações interpessoais, onde a Sra. Lourdes relatou sobre a proibição de comemorações na Unidade Ceci, perguntando se é ordem geral, ou apenas na Região Sudeste, por causa dos embates entre a Coordenadoria e a Supervisão. Passamos então ao PCCS da Autarquia, onde o Sr. Leandro pediu algumas explicações sobre a tabela do nível médio e sobre a progressão, onde foram dirimidas todas as dúvidas. Passamos então ao tema Aposentadoria Especial e o Sr. Leandro comentou sobre o Mandato de Injunção, impetrado por alguns servidores e qual a solução encontrada. A Sra. Araci pediu para a Sra. Patrícia, a resposta sobre o caso Reunidas II, no que foi informada que receberia a mesma por e-mail. Sem mais a tratar foi lavrada a presente ata.